

Intelectuais árabes e europeus face ao desafio do “*islamismo político*”

Exposição apresentada à *Academia Internacional da Cultura Portuguesa*, por ocasião da entrega das insígnias ao autor em 9 de Outubro de 2003.

Exmo Senhor Presidente da Academia Internacional da Cultura Portuguesa
Exmo Senhor Presidente da Sociedade de Geografia de Lisboa
Exmo Senhor Secretário Geral da Academia Internacional da Cultura Portuguesa
Estimados colegas e amigos
Senhoras e Senhores

Antes da minha intervenção, intitulada «*Intelectuais árabes e europeus face ao desafio do islamismo político*», permitam-me umas breves palavras de ordem pessoal.



Quero começar por exprimir o meu reconhecimento pela honra que me foi concedida por esta prestigiosa Academia. Mas não posso deixar de partilhar essa distinção com aqueles que, com mais mérito do que eu, a tornaram possível.

Sendo escasso o tempo disponível, cito apenas alguns nomes de cujos ensinamentos, amizade e encorajamentos tive o privilégio de beneficiar:

O professor Adriano Moreira, mestre prestigiado da Universidade portuguesa e exemplo de probidade intelectual; o professor Francisco Pereira de Moura, do ISEG, meu antigo director de tese, cuja memória relembro uma vez mais; os também infelizmente já desaparecidos Jean-Marie Domenach e Casamayor da revista francesa *Esprit*, à qual pertenci durante alguns anos, a quem devo muito da minha formação; o professor Alfredo Margarido, cuja valiosa obra, dispersa em vários países e línguas, lhe dará, sem dúvida, o lugar que justamente merece na cultura portuguesa.

A todos presto público testemunho de gratidão pelo estímulo intelectual, o rigor científico e a postura ética que são exemplos para a nossa profissão, como me esforço que o sejam para mim.

Dirijo uma saudação especial aos meus colegas do *Instituto Superior de Economia e Gestão-ISEG*, junto dos quais encontrei um benevolente porto de abrigo durante os últimos 27 anos em que, modestamente, tenho servido esta prestigiosa e quase centenária Faculdade da Universidade Técnica de Lisboa...

Permitam-me, por fim, um pensamento emocionado pela saudosa memória de minha mulher, Laura, que, desafortunadamente, já não pôde partilhar comigo este momento, como tinha tanta esperança, e para o qual contribuiu decisivamente ao longo dos anos, com a sua generosidade, inteligência e inspiradora coragem.

Muitas das ideias que apresentarei a seguir inspiram-se em obras de autores muçulmanos que admiro, ou resultam das experiências humanas que vivi na África Subsaariana e no Maghreb.

Abordo algumas dessas ideias em dois pontos: A situação dos intelectuais árabes e europeus, e, em seguida, o seu enquadramento no contexto histórico actual.

No que concerne o primeiro ponto: a perturbação da era em que vivemos sob a ameaça de um terrorismo novo, estranho e apocalíptico, de que o crime das torres de Nova Iorque foi uma primeira ilustração, exige uma revisão do papel dos universitários e intelectuais europeus quanto à missão que lhes deveria caber na defesa de um humanismo tão maltratado, porque não é necessário ser nominalista para dar valor à velha fórmula de Protágoras segundo a qual “*o homem é a medida de todas as coisas*”...

Isso significa que é urgente um maior conhecimento dos trabalhos dos intelectuais árabes, racionalistas incompreendidos e quase ignorados no Ocidente, que vivem horas amargas numa constelação de autocracias e despotismos.

Com efeito, inúmeros universitários, cientistas e escritores muçulmanos (nomeadamente no Médio Oriente, no Irão e no Paquistão), são autores de obras relevantes do pensamento universal. Embora vivendo suspensos entre a vida e a morte no sentido literal do termo, muitos deles, crentes ou ateus, cumprem um nobre papel em defesa da liberdade e da razão no meio de asfixiante incerteza

Recordo o físico paquistanês Pervez Hoodhboy, pensador esclarecido e ousado que lembra por vezes Voltaire, e, também do Paquistão, os filósofos liberais Syed Ahmad Khan e Syed Ameer Ali que fizeram, não sem coragem, esforços para interpretar o Corão e estabelecer a sua compatibilidade com a Razão e a Ciência; os economistas Izzud Din

Pal e Fazlur Rahman que puseram em causa a proibição do juro (RIBA) defendida pelos religiosos ultra-conservadores.

Sem falar dos antigos “*livres pensadores*” árabes, homólogos dos *pré-socráticos* da tradição grega, não é possível esquecer igualmente, já na nossa época, os egípcios Ahmad Loufti Sayyid (m. em 1963), democrata e humanista que tentou criar uma universidade moderna liberal diferente da conservadora Universidade de Al Azhar; os pensadores reformistas que obraram por um Islão tolerante e moderno, entre os quais: os egípcios Kacem Amin, Mohamed Abdou, Rachid Rida, Mansour Fahmy, Tahar Haddad, ou Taha Hussein, esse extraordinário ensaísta e escritor, autor de mais de 50 obras (apesar de invisual) que simbolizou, por si só, todo o “*Renascimento Árabe*” (o Nahda) na viragem dos séculos XIX-XX; o afegão (ou persa?) Al Afghani; o tunisino Ali Abderraziq; ou o palestiniense Jamil Abun-Nasr especialista do pensamento sufi, ainda em actividade como professor universitário fora do Médio Oriente.

É do nosso interesse, europeus, tornar estes e muitos outros nomes conhecidos, porque, ao defendê-los cumprimos uma das obrigações mais elementares da actividade universitária: fazer corresponder à palavra “Universidade” o conceito de “universalidade”, nas suas acepções crítica, ética e cívica, embora aceitando, naturalmente, os limites de todo o empreendimento hermenêutico que se pretenda universal, como Hans Gadamer pôs em relevo...

Neste como noutros campos, a acção universitária deve renunciar à emergência de um indiferentismo moral, isto é, banir o horizonte ideológico relativista, libertá-lo de um pretendido imperativo de *neutralidade científica* ao ritmo da qual se obscurece o universo ético (Luís Araújo).

Porque a suposta “*neutralidade*” mais não é do que a “*ideologia da neutralidade*”, quer dizer, uma axiologia e uma exaltação do relativismo. É por isso que a recusa desse relativismo deve partir da afirmação de uma postura universitária de responsabilidade científica na divulgação sem concessões da verdade quer ao nível do senso comum como distinção entre as aparências, quer, no plano epistemológico, da “*verdade como correspondência*” de que se ocupou Tarski, retomada anos mais tarde por Karl Popper.

Isso significa manter uma atitude fiel às premissas prescritivas (e não interditivas), onde a Universidade não apareça nem como um oásis de saber num deserto de ignorância, nem como uma simples transcrição do “real”, porque o real não fala por si. Mesmo o “real social”, produto da linguagem, só fala através de homens concretos dotados de linguagem...



A actual onda de terrorismo é uma oportunidade para advogar a causa dos intelectuais muçulmanos, que são as suas primeiras vítimas.

Quando falo de “terrorismo” refiro-me ao falso “*martírio*” do “terrorismo islamita” (ou *islamista*, como é uso dizer-se) sublinhando desde já que é indispensável não confundir religião muçulmana com islamismo.

Quer este se apresente como “moderado” ou “radical”, pela sua essência filosófica o “islamismo”, ou mais precisamente o “islamismo político”, é a face oculta de uma intolerância caracterizada mais pelo que afirma do que pelo que nega; é a perversão populista dos valores que deveriam caracterizar a religião muçulmana e que nos dizem estar inscritos no Corão; é um fixismo a-histórico consignado na Charia, sobretudo na parte mais conservadora e inamovível do Direito muçulmano, como o demonstraram magistralmente o politólogo Ali Abderraziq em 1925, e, nos anos 90, o jurista tunisino Mohamed Charfi e o filósofo egípcio Nasr Abou Zeid, por exemplo.

No seu discurso de legitimação, o islamismo distingue-se igualmente pelo recurso indiscriminado à Sunna, recolha dos ditos e ensinamentos do Profeta (*haddiths*) muitos dos quais, no dizer de vários dos próprios autores muçulmanos estarão longe de merecer crédito, apesar de constituírem dogmas para os ulémas – ou seja os chefes religiosos.

Também não é difícil encontrar em várias suras (ou *capítulos*) do Corão, versículos que foram abusivamente interpretados ou estão em contradição com as teorias dos islamistas, como é o caso do juro (*riba*), das modalidades de herança, da situação da mulher ou dos direitos de propriedade, por exemplo. Tais incoerências já foram denunciadas por diversos autores muçulmanos, a começar, em 1913, pelo corajoso Mansour Fahmy, digno aluno de Lévy-Bruhl...

Numa palavra, o terrorismo islamita, braço armado do islamismo político, releva não de uma lógica de argumentação mas de uma lógica de exterminação...

A reivindicação fundamental dos islamitas reside unicamente na afirmação do carácter religioso do Estado e na aplicação da Charia. Não têm nenhum outro programa...

Essa estratégia maniqueísta aprisiona ou torna cúmplices os próprios Governos, sobretudo quando estes utilizam os sentimentos religiosos para fins políticos e tornam a modernidade suspeita...

Daí decorre que, em pleno século XXI, os povos do Médio Oriente enfrentam quotidianamente uma opressão teocrática que inflige aos muçulmanos um sofrimento incomensurável, como o atestam os mais de 100 000 assassínios perpetrados pelos islamitas na Argélia durante a última década, os genocídios das populações do sul do Sudão ou as bárbaras condenações à morte por apedrejamento na Nigéria (com pedras pequeninas para prolongar o sofrimento, como querem certos ulémas!).

São estas algumas das consequências da aplicação estrita da Charia...

Neste contexto é deveras inquietante o silêncio das universidades da Europa. Em plena era comunicacional, a generalidade das elites europeias continua de costas voltadas para os livres pensadores do Oriente e do Sul, ignora a sua acção, ou olha o seu sofrimento quase como algo de exótico, fugindo assim às responsabilidades que deveria assumir, aceitando até com complacência o argumento falacioso, defendido pelos islamitas, de uma pretensa “ciência muçulmana”, quando é evidente, como o físico paquistanês Pervez Hoodhboy (já citado) justamente salientou, que não há ciência especificamente ocidental ou oriental, mas apenas *ciência* - universal e sem pátria.

Ao mesmo tempo que as universidades europeias permanecem alheias ao drama vivido pelos pensadores muçulmanos inconformistas do nosso tempo, demasiados intelectuais por essa Europa fora deixam-se aprisionar por regionalismos auto-referenciais e critérios esotéricos bem-pensantes ou “*politicamente correctos*” que, sob o pretexto de defenderem o princípio justo do “direito à diferença”, acabam por pactuar com a inadmissível “diferença de direitos”.

Por outro lado, internamente ao Médio Oriente, o fracasso do pan-arabismo ameaça ressuscitar agora um pan-islamismo inquietante, cuja vitória encurralaria por muito

tempo, no anacronismo e na regressão, milhões de muçulmanos, com gravíssimas repercussões no mundo inteiro.

As causas económicas deste estado de coisas, existem, mas depressa se revelam um factor explicativo insuficiente e mesmo pobre;

As razões religiosas só são aparentemente decisivas porque se sobrepueram ao político calando assim múltiplas formas de expressão da sociedade civil.

Por esses motivos, uma séria ameaça paira sobre o pensamento nessa região do mundo e isso atinge-nos a todos como o 11 de Setembro o comprovou.

Porém, o integrismo não é uma fatalidade mas um problema de cultura e de educação onde residem os verdadeiros utensílios, que são políticos, de luta contra esta ideologia redutora.

Os intelectuais muçulmanos, em particular aqueles que procuram pensar na tradição racionalista, (que também tem fortes raízes na cultura muçulmana desde Averróis, Avicena e Ibn Khaldoun), são vistos como o inimigo principal e sistematicamente objecto de perseguições e de condenações à morte, ou simplesmente apunhalados nas ruas como aconteceu no Cairo a Naguib Mafouz, prémio Nobel da literatura quando tinha 80 anos de idade, agredido a mando dos *islamitas*.

Tal como Farag Fouda, autor de vários livros críticos sobre a Charia, fundador em 1989 da “*Associação Egípcia das Luzes*”, que foi assassinado em 1992. Outros conseguiram escapar com vida, mas foram expulsos das universidades ultra-conservadoras de Al Azhar (Egipto), ou de Zitouna (Tunísia), viram os seus diplomas confiscados ou conheceram a prisão e o exílio.

Se a Europa celebra, com toda a justiça, os seus grandes autores que de uma maneira ou doutra se bateram pela liberdade, porque é que as universidades europeias, ou as instituições vocacionadas para a cooperação internacional, não fazem o mesmo com muitos dos intelectuais árabes que constantemente ignoram?

Como esquecer o sudanês Mohamed Mahmoud Taha, enforcado pelo regime de Nouméry em 1985 por se ter recusado a renegar as suas ideias liberais, apesar de uma promessa de perdão se o fizesse?

O seu nome e obra mereceriam ser homenageados, mas quantos intelectuais europeus o conhecem ou se preocupam com o significado do seu gesto, mais nobre que o de Galileu?

Estes factos deveriam recordar-nos que a Universidade não pode ser uma instituição amorfa e sem projecto ou um mero centro de formação de burocratas e peritos que resolvem *puzzles* em vez de problemas. Ela é, ou deveria ser principalmente, um núcleo de criatividade e uma fonte de pensamento livre e crítico, investida de particulares deveres morais para com a sociedade.

Se, como dizia Hegel, “*a verdadeira realidade do homem é a sua acção*”, nesse caso a Universidade morrerá se não cumprir essa “acção”, ou seja se não levar por diante a ambiciosa “utopia” de pensar a transformação do mundo...

Relativamente ao enquadramento desta situação no contexto histórico (que constitui o 2º ponto da minha exposição), diria ainda:

Para compreender a época conturbada que atravessamos é preciso enquadrar os factos numa teoria do conhecimento e numa heurística que sintetize o seu significado histórico. Não vou tentá-lo aqui, obviamente. Relembro apenas o que enunciou o grande filósofo iraniano Daryush Shayegan, para quem o universo caótico em que vivemos é o ponto de convergência de três fenómenos: o desencantamento do mundo, a destruição da razão e a virtualização.

Para o bem e para o mal, a interconexão desses elementos favorece um pensamento nómada onde as culturas se entrecruzam.

A esse sistema habituámo-nos a chamar “*mundialização*” ou “*globalização*”. Porém, esta não é, em si, uma conspiração a combater cegamente, mas tão só um processo que é preciso analisar com rigor.

Por atalhos ínvios chegamos também ao famoso “*choque de civilizações*” com que nos encham os ouvidos desde os escritos de Huntington, o qual decorreria de um conflito transversal de “*espaços-mundos*” irredutíveis.

Essa última perspectiva parece-me, contudo, enviesada e deve talvez ser substituída por uma nova visão da modernidade que permita pensar numa comunicação

vertical (e não apenas transversal), meta-histórica, entre pensadores de diferentes épocas, de religiões distintas e de locais geograficamente afastados.

Essa *comunicação vertical* estaria apta a resistir à prova da usura do tempo... Por exemplo, e mesmo que pareça estranho, há uma sequência subterrânea e dialéctica (que não é necessariamente uma filiação, note-se!) entre Averróis e Leonardo Coimbra ou Raymond Aron, entre Tomás de Aquino e Edward Saïd ou Taha Hussein, como existe igualmente, em economia, um elo entre Adam Smith (o verdadeiro, e não o da caricatura da *mão invisível*!) e Amartya Sen ou Joseph Stiglitz.

A comunicação vertical a que me refiro é um “fio condutor” e um dos pilares do universalismo que a modernidade pressupõe, mesmo se a “globalização” implica uma crispação entre individualismo e alteridade.

Porém, é conveniente recordar que foi a modernidade, a partir do século XVI, que nos libertou afinal do egocentrismo estreito das antigas visões teocráticas. Sem os últimos 400 anos de secularização, não teríamos chegado ao conceito profano de democracia; sem a matematização galilaica do mundo nunca teríamos visto nascer as ciências da natureza; sem Darwin e a biologia jamais teríamos conhecido a aventura da filogénese e das leis da evolução das espécies.

Contudo, essa modernidade é hoje posta em causa por um pós-modernismo confuso, de que uma das expressões é o nihilismo doentio de alguns dos mais influentes intelectuais do Ocidente.

Tal nihilismo parece resultar da instrumentalização da Razão, do empobrecimento da ética pela técnica e da perda de sentido dos valores quando a verdade que os fundamentava se tornou num *meio* indiferente aos *fins*...



Apesar de tudo ainda é possível repensar o mundo, construir sonhos e recriar projectos que, sem renegar as conquistas materiais e as vantagens do mercado, superem ao menos a vulgata da economia ultra-liberal e dêem ao conceito de modernidade um significado mais abrangente do que a patética “mercadorização” das coisas e dos seres.

A despeito das *paranóias identitárias*, a modernidade pode ser a verdadeira plataforma para o “*diálogo de civilizações*” porque todas as populações do planeta, sem exceção, aspiram a ela...

Nada disto tem a ver com certos discursos *multiculturalistas* que apenas alimentam o ressentimento, palavra chave que verdadeiramente define o terrorismo islamita, como o apontou o filósofo argelino Abdelwahab Meddeb.

Um dos problemas de fundo é este: já não existem blocos homogéneos de civilizações, opostos uns aos outros. É fútil insistir exclusivamente em oposições binárias tais como: Ocidente-Oriente, Norte-Sul, Este-Oeste.

Se o produto do pensamento é necessariamente aporético e universal, como queria Heidegger, então todos os povos vivem hoje numa *civilização global* que é a objectivação da consciência reflexiva do homem moderno.

Daí o carácter imperativo da solidariedade a que se faz referência e que os meios científicos e as novas tecnologias favorecem. Ela revela-se indispensável para cimentar à coesão de um todo que não é necessariamente igual à soma das suas partes...



Em conclusão:

Nos conflitos que actualmente se estão a desenvolver parece ressurgir o espectro de uma guerra de religiões, artificial e funesta.

Seria uma tragédia se a cultura muçulmana ficasse reduzida à imagem “*de Épinal*” do terrorismo islamita, e julgo que é, antes de mais, nosso dever lutar nas universidades contra esse preconceito injusto.

O islamismo político não pode ser combatido apenas pelas armas, solução que, por si só, é insuficiente e mesmo irrisória, como se pode verificar no Afeganistão e no Iraque. Ele só pode ser refutado e vencido, por muçulmanos, no próprio interior das sociedades muçulmanas.

O desenvolvimento económico e social é um factor importante para esse objectivo, porém não basta para cortar o mal pela raiz.

O que é preciso é pôr o islamismo frente a frente com as suas próprias contradições e desumanidade, através de uma batalha árdua nos campos da educação, da cultura e das liberdades democráticas, dentro das quais os intelectuais árabes *modernistas* possam fazer ouvir a sua voz sem serem intimidados em nome de um Direito metafísico que pensa a “legalidade” sem supor a legitimidade do “justo”.

Porque a ordem democrática não é o produto de uma ordem natural, mas antes de uma construção social.

Tal como dizia Ortega y Gasset, o homem não tem natureza, tem história...

É urgente prestar aos intelectuais árabes democratas, que vivem horas terríveis, o conforto moral e actuante que representa a preocupação sobre o seu destino, proporcionando-lhes ao mesmo tempo a indispensável visibilidade internacional.

Pensar neles é pensar em nós próprios, porque a tirania e o fanatismo são como a lepra: não conhecem fronteiras e pegam-se...

Infelizmente. na luta contra o obscurantismo islamita, a Universidade não está a utilizar para isso todas as armas de que dispõe, e parece até subjugada pela ideia deplorável segundo a qual já não existem grandes causas, sentimento que denuncia imperdoável resignação a um sistema sem valores...

Afigura-se imperativo remediar este estado de coisas e, no caso de que me ocupo aqui, fazer pelo menos com que os universitários da União Europeia - tanto no campo da ciência como no das letras - se empenhem na formulação activa de parcerias com os universitários e intelectuais do Sul, para lá de barreiras nacionalistas, étnicas ou religiosas.

A defesa de valores democráticos, que a modernidade deve pressupor, não é uma questão de conjuntura, nem de “bons sentimentos”, mas de coerência com as exigências de um mundo tecnocientífico globalizado onde o espaço e o tempo já não são obstáculos à comunicação entre os homens - mas apenas alegorias do nosso imaginário...

Se os homens ficam fisicamente mais próximos nessa redução do planeta à dimensão da “*aldeia global*”, podem talvez mais facilmente, no dizer de Albert Camus, opor-se ao absurdo através da “solidariedade”.

Em todo o caso, essa solidariedade parece ser o único meio de romper o círculo vicioso da indiferença e do ressentimento que falseia o diálogo entre comunidades.

Assumir a ruptura urgente com esse processo *autofágico* e vencer a indiferença, é a condição *sine qua non* para travar a expansão endémica de um mortífero pan-islamismo, fechado à inteligibilidade do mundo e da vida...

Muito obrigado.

Lisboa, 9 de Outubro de 2003
Adelino Torres